



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - STI/SR/PF/RJ

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 15743004/2020-STI/SR/PF/RJ

Processo nº 08455.010351/2020-44

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de materiais de informática de primeiro uso, novos, para atender às necessidades da Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio de Janeiro e suas descentralizadas, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, inclusive as encaminhadas pelos órgãos e entidades participantes (quando for o caso), estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL (R\$)
01	CABO UTP AZUL 4PX24 AWG CAT6 CAIXA COM 305M	129763	CAIXA	1	75	75	1.513,88	113.541,00
02	CABO UTP AZUL 4PX24 AWG CAT6 CAIXA COM 305M - Cota reservada para ME/EPP referente ao item 01 desta tabela.	129736	CAIXA	1	25	25	1.513,88	38.297,00
03	CORDÃO ÓTICO DUPLEX MM LC/LC 50/125 OM3 2,5M	52280	UNIDADE	1	50	50	190,00	9.500,00
04	MOUSE ÓTICO USB COM FIO. COR: PRETO	451822	UNIDADE	1	150	150	47,35	7.102,50
05	GRAVADOR DE DVD E BLU-RAY INTERNO	392990	UNIDADE	1	50	50	896,93	44.846,50
06	DISCO RÍGIDO EXTERNO 1TB, USB3.0	150179	UNIDADE	1	150	150	445,97	33.447,15
07	DISCO RÍGIDO EXTERNO 1TB, USB3.0 - Cota reservada para ME/EPP referente ao item 06 desta tabela.	150179	UNIDADE	1	50	50	445,97	66.895,50
08	DISCO RÍGIDO EXTERNO 2TB, USB3.0	402723	UNIDADE	1	150	150	562,82	84.423,00
	DISCO RÍGIDO EXTERNO 2TB,							

09	USB3.0 - Cota reservada para ME/EPP referente ao item 08 desta tabela.	402723	UNIDADE	1	50	50	562,82	28.141,00
10	PLACA CONTROLADORA RAID PERC H840	95052	UNIDADE	1	3	3	10.660,29	31.980,88
11	CABO SAS 12GB HD-MINI PARA SAS 12GB HD-MINI SAS, 2 METROS	-	UNIDADE	1	6	6	654,00	3.924,00
12	GRAVADOR EXTERNO SLIM PORTÁTIL BLU-RAY	392990	UNIDADE	1	50	50	1.185,59	59.279,50

1.2. **Valor Total Estimado - R\$ 509.779,38 (quinhentos e nove mil, setecentos e setenta e nove reais, trinta e oito centavos)**

1.3. **Especificação dos itens:**

1.3.1. CABO UTP AZUL 4PX24 AWG CAT6 CAIXA COM 305M - CABO DE REDE CATEGORIA 6E. CABO PARA SISTEMAS DE CABEAMENTO ESTRUTURADO PARA TRÁFEGO DE VOZ, DADOS E IMAGENS, SEGUNDO REQUISITOS DAS NORMAS ANSI/TIA/EIA-568B.2 E ISO/IEC 11801, PARA CABEAMENTO HORIZONTAL OU SECUNDÁRIO ENTRE OS PAINÉIS DE DISTRIBUIÇÃO (PATCH PANELS) E OS CONECTORES NAS ÁREAS DE TRABALHO; EM CONFORMIDADE COM A DIRETIVA EUROPEIA ROHS: MEDIDA RESTRITIVA AO USO DE METAIS PESADOS NA FABRICAÇÃO DOS PRODUTOS E RELACIONADAS À PRESERVAÇÃO DO MEIO-AMBIENTE; CABO DE 4 PARES TRANÇADOS COMPOSTOS DE CONDUTORES SÓLIDOS DE COBRE NU, 24 AWG, ISOLADOS EM POLIETILENO ESPECIAL. CAPA EXTERNA EM PVC NÃO PROPAGANTE À CHAMA. NA COR AZUL NAS OPÇÕES CM, CMR E LSZH; MARCAÇÃO SEQUENCIAL MÉTRICA DECRESCENTE (305 IM) NA EMBALAGEM, COM GRAVAÇÃO DE DIA/MÊS/ANO - HORA DE FABRICAÇÃO, PROPORCIONANDO RASTREAMENTO DO LOTE; DIÂMETRO NOMINAL DE 4,8MM MASSA LÍQUIDA 26KG/KM EM LANCE PADRÃO DE 305M; NVP (VELOCIDADE NOMINAL DE PROPAGAÇÃO) = 68%; NORMAS APLICÁVEIS: EIA/TIA 568 B.2 E SEUS COMPLEMENTOS, ANSI/TIA/EIA-569, CONDUTOR: 24 AWG; QUANTIDADE DE PARES: 04 PARES; REFERÊNCIA: Furukawa Gigalan CAT6.

1.3.2. CORDÃO ÓTICO DUPLEX MM LC/LC 50/125 OM3 2,5M; PART NUMBER: CDM50LCXLC2.5M

1.3.3. MOUSE ÓTICO USB. DIMENSÕES: 112,96 mm X 61,7 mm X 38,4 mm (altura x largura x profundidade). PESO: 85g. COMPRIMENTO DO CABO: 180 cm. CONEXÃO: USB. COM FIO. COR: PRETO. NÚMERO DE BOTÕES: 3. RODA DE ROLAGEM. RESOLUÇÃO DO SENSOR 1000DPI. RASTREAMENTO ÓPTICO. DPI 1000. COMPATÍVEL COM SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 10 OU SUPERIOR. GARANTIA: 3 ANOS. CERTIFICAÇÃO QUIET MARK. MODELO REFERÊNCIA: LOGITECH M110 SILENT.

1.3.4. GRAVADOR DE DVD E BLU-RAY INTERNO - GRAVADOR DE BLU-RAY / DVD, VELOCIDADE DE GRAVAÇÃO: BD-R SL / DL: 14X / 12X, BD-RE SL: 2X, BD-BDXL QL: 6X, DVD+R / -R: 16X, DVD+R / -R DL: 8X, DVD+RW / -RW : 8X / 6X, DVD-RAM: 5X, M-DISC: 4X, CD-R: 48X, CD-RW: 24X, VELOCIDADE DE LEITURA: BD-ROM: 10X, BD-R SL / DL: 12X / 8X, BD-RE SL: 8X, BD-BDXL QL: 6X, DVD+R / -R: 16X, DVD+R / -R DL: 12X, DVD+RW / -RW: 12X, DVD-ROM: 16X, DVD-RAM: 5X, M-DISC: 12X, CD-R: 48X, CD-RW: 40X, CD-ROM: 48X, INTERFACE: SATA.

1.3.5. DISCO RÍGIDO EXTERNO 1TB, USB3.0 - DISCO RÍGIDO EXTERNO, CAPACIDADE DE 1TB (MÍNIMO), CONEXÃO USB3.0, DEVE ACOMPANHAR CABO USB, ALIMENTAÇÃO VIA CABO USB.

1.3.6. DISCO RÍGIDO EXTERNO 2TB, USB3.0 - DISCO RÍGIDO EXTERNO, CAPACIDADE DE 2TB (MÍNIMO), CONEXÃO USB3.0, DEVE ACOMPANHAR CABO USB, ALIMENTAÇÃO VIA CABO USB.

1.3.7. PLACA CONTROLADORA RAID PERC H840 - PERC H840 RAID ADAPTADOR FOR EXTERNAL MD14XX ONLY, 8GB NV CACHE, ALTURA INTEGRAL, CUSTOMER INSTALL. INSTALAÇÃO EM SERVIDOR DELL MODELO R740 SERVICE TAG 1V0HHQ2. PEÇA DO FABRICANTE V5FKR. PEÇA DA DELL 405-AAMZ.

1.3.8. CABO SAS 12GB HD-MINI PARA SAS 12GB HD-MINI SAS, 2 METROS. PEÇA DO FABRICANTE 56R7M | PEÇA DA DELL 470-AATP | 470-AATP | DELL. UTILIZADO NA CONEXÃO DA PLACA PERC H840 NO STORAGE DELL MD1400.

1.3.9. GRAVADOR EXTERNO SLIM PORTÁTIL BLU-RAY - GRAVADOR DE BLU-RAY / DVD EXTERNO SLIM; VELOCIDADE DE GRAVAÇÃO: BD-R(DL): 2X CLV, 4X PCAV / 6X CAV, BD-RE (SL / DL / TL): 2X CLV, CD-R: 10X CLV, 16X / 24X CAV, CD-RW: 4X, 10X CLV / 16X ZCLV, DVD-R (SL): 2X CLV / 4X PCAV / 8X CAV, DVD+R DL: 2.4X CLV / 6X ZCLV, DVD+RW: 2.4X / 3.3X CLV / 4X / 6X / 8X ZCLV, DVD+R (SL): 2.4X CLV / 4X PCAV / 8X CAV, DVD-R DL: 2X CLV / 4X / 6X ZCLV, DVD-RAM: 2X / 3X CLV / 5X PCAV, M-DISCDVD(DVD+RSL): 4X PCAV, DVD-RW: 2X, 3X CLV / 4X / 6X ZCLV, BD-R (LTH): 2X CLV / 4X PCAV / 6X CAV, BD-R (TL): 2X CLV / 4X PCAV, BD-R (SL): 2X CLV / 4X PCAV / 6X CAV, BD-R(QL): 2X CLV / 4X PCAV, M-DISC BD (BD-R SL): 2X CLV / 4X PCAV; VELOCIDADE DE LEITURA: DVD-RW: 8X CAV, DVD-VIDEO (CSS COMPLIANT DISC) (SL / DL): 8X CAV, DVD-ROM (SL / DL): 8X CAV, DVD-RAM: 2X, 3X CLV / 5X PCAV, DVD-R (SL / DL): 8X CAV, DVD+RW: 8X CAV, DVD+R (SL / DL): 8X CAV, CD-R / RW / ROM: 24X / 24X / 24XCAV, CD-DA: 24X CAV, BD-ROM (SL / DL): 6X CAV, BD-R (SL / DL): 6X CAV, BD-R (TL / QL): 6X CAV, BD-RE (SL / DL): 6X CAV, BD-RE (TL): 4X PCAV, BDMV (AACS COMPLIANT DISC) (SL / DL): 6X CAV; INTERFACE: USB 2.0 (480MBITS/S).

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se em tópico específico do Estudos Técnico Preliminar (SEI 15735291).

2.2. Os itens constantes desta lista serão adquiridos com as seguintes finalidades:

2.2.1. Os itens de informática terão, basicamente, os seguintes usos:

2.2.1.1. Utilização para fins de manutenção, tanto para uso imediato quanto para compor um estoque de segurança para manutenções futuras;

2.2.1.2. Drives de blu-ray serão instalados em equipamentos de Delegacias/Setores que realizam gravação/leitura de mídias, principalmente encaminhadas pela área de perícia da PF.

2.2.1.3. Os HDs externo serão utilizados para cópia de arquivos pelos servidores, de acordo com demanda apresentada nos últimos 2 (dois) anos.

2.2.1.4. As placas controladora RAID e os cabos SAS serão instalados em servidores específicos de rede e propiciarão o uso de *Storages* MD1400 disponibilizados para a Polícia Federal.

2.3. Justificativa para adoção de sistema de registro de preços:

2.3.1. A adoção do SRP se dará pelo enquadramento no inciso II, art. 3º do Decreto 7892/2013.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se em tópico específico do Estudos Técnico Preliminar (SEI 15735291).

3.2. SUSTENTABILIDADE

3.3. A aplicação dos critérios constantes no Art.5º da Instrução Normativa 01/2010 da SLTI/MPOG, abaixo apontados, se dará no que couber com relação aos objetos licitados:

3.3.1. bens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

3.3.2. que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

3.3.3. que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, do Decreto 10.024 de 2019

5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento do empenho por parte da contratada, em remessa única. O endereço de entrega é na Avenida Rodrigues Alves, 1 - Centro - Rio de Janeiro/RJ. CEP 20801-250.

5.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade

com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.3. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

7.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

7.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para

acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3. representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	$\frac{(6 / 100)}{365}$	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----	-------------------------	--

12. DO REAJUSTE

12.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice ICTI/IPEA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

12.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

12.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

13.2. Não há necessidade de tal exigência em razão da forma de execução e dos critérios de aceitação do objeto.

14. A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.

14.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

14.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

14.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

14.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

14.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

14.6. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até **15 dias úteis**, contados a partir da data de retirada do

equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.

14.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

14.8. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

14.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

14.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

14.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 15.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 15.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 15.1.3. fraudar na execução do contrato;
- 15.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 15.1.5. cometer fraude fiscal;
- 15.1.6. não manter a proposta.

15.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 15.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 15.2.2. multa moratória de 0,15% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 45 dias;
- 15.2.3. multa compensatória de 10 % sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 15.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 15.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 15.2.6. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 15.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

15.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que:

- 15.3.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 15.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 15.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

15.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

16.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 509.779,38 (quinhentos e nove mil, setecentos e setenta e nove reais, trinta e oito centavos).

Rio de Janeiro/RJ, 19 de novembro de 2020.

MARCIO ROBERTO DE ANDRADE

*Agente de Polícia Federal
Chefe do STI/SR/PF/RJ*

RENATO DO NASCIMENTO BARRADAS

*Escrivão de Polícia Federal
Integrante Requisitante*

Nos termos do inciso II do art. 14, do Decreto nº 10.024, 2019, aprovo este termo de referência e autorizo o procedimento licitatório conforme legislação pertinente.

TÁCIO MUZZI CARVALHO E CARNEIRO

*Delegado de Polícia Federal
Superintendente Regional SR/PF/RJ*



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO ROBERTO DE ANDRADE, Agente de Polícia Federal**, em 24/11/2020, às 14:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RENATO DO NASCIMENTO BARRADAS, Chefe de Setor - Substituto(a)**, em 24/11/2020, às 14:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **TÁCIO MUZZI CARVALHO E CARNEIRO, Superintendente Regional**, em 01/12/2020, às 19:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **16788576** e o código CRC **9A31640E**.